



Universidade de Brasília (UnB)

Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas
(FACE)

Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais (CCA)

Curso de Graduação em Ciências Contábeis

Eduardo Itio Kunzler Yonezawa

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: Uma análise dos aspectos dos controles internos e gestão de risco das instituições financeiras brasileiras do segmento S1

Brasília – DF, 2022

Professora Doutora Márcia Abrahão Moura
Reitora da Universidade de Brasília

Professor Doutor Enrique Huelva Unternbäumen
Vice-Reitor da Universidade de Brasília

Professor Doutor Diêgo Madureira de Oliveira
Decano de Ensino de Graduação

Professor Doutor José Márcio de Carvalho
**Diretor da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas
Públicas**

Professor Doutor Sérgio Ricardo Miranda Nazaré
Chefe do Departamento de Ciências Contábeis e Atuarias

Professora Doutora Fernanda Fernandes Rodrigues
Coordenadora de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Diurno

Professor Doutor José Lúcio Tozetti Fernandes
Coordenador de Graduação do curso de Ciências Contábeis - Noturno

Eduardo Itio Kunzler Yonezawa

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: Uma análise dos aspectos dos controles internos e gestão de risco das instituições financeiras brasileiras do segmento S1

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Linha de Pesquisa: Contabilidade e Mercado Financeiro

Área: Outros

Orientador: Danielle Montenegro Salamone Nunes

YY55f

Yonezawa, Eduardo Itio Kunzler

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: Uma análise dos aspectos dos controles internos e gestão de risco das instituições financeiras brasileiras do segmento S1 / Eduardo Itio Kunzler Yonezawa; orientador Danielle Montenegro Salamone Nunes. -- Brasília, 2022.

34 p.

Monografia (Graduação - Ciências Contábeis) --
Universidade de Brasília, 2022.

1. Instituições Financeiras. 2. Formulário de Referência.
3. Gestão de Riscos. 4. Controles Internos. 5. Segmento S1.
I. Nunes, Danielle Montenegro Salamone, orient. II. Título.

Eduardo Itio Kunzler Yonezawa

FORMULÁRIO DE REFERÊNCIA: Uma análise dos aspectos dos controles internos e gestão de risco das instituições financeiras brasileiras do segmento S1

Trabalho de Conclusão de Curso (Monografia) apresentado ao Departamento de Ciências Contábeis e Atuariais da Faculdade de Economia, Administração, Contabilidade e Gestão de Políticas Públicas como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis, sob a orientação da Prof. Danielle Montenegro Salamone Nunes

Aprovado em _____ de _____ de 2022.

Prof^a. Dr^a. Danielle Montenegro Salamone Nunes
Orientadora

Prof. Dr. XXXXX
Professor - Examinador

Brasília - DF, XXX de 202X.

“Se as coisas são inatingíveis... ora! Não é motivo para não querê-las... Que tristes os caminhos, se não fora A presença das estrelas!” (Mário Quintana)

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, aos meus pais, Carlos e Roseli, pelo imensurável amor, apoio, respeito e carinho durante toda minha existência e estudos.

A minha melhor amiga, Eduarda, pelo infindável companheirismo durante meus melhores e piores momentos, sejam eles acadêmicos ou da vida em si.

A todos meus amigos, aos quais não serei capaz de citar aqui por completo, que me agregam enquanto ser humano e que, indiscutivelmente, me ajudaram a trilhar esse caminho.

A Universidade de Brasília (UnB), pelo conhecimento enriquecedor e importante vivência adquirida.

E, por último, a Prof^a Danielle Montenegro, minha primeira professora da graduação, pela disposição, paciência, carinho e solicitude durante todo o meu processo de orientação, essencial para a construção desse trabalho.

RESUMO

As instituições financeiras do segmento S1 detiveram, no ano de 2020, uma participação de 81,80 % no segmento bancário comercial, considerada relevante. Diante disso, a presente pesquisa, tem como objetivo, analisar os aspectos envolvidos na gestão de riscos e controles internos dessas instituições, o que também implica em identificar quais os riscos enfrentados pelas mesmas. Para isso, foram obtidos os formulários de referência de cada instituição em seus respectivos sítios eletrônicos e realizada uma análise de conteúdo das seções 4.1 “*Fatores de Risco*” e 5 “*Política de Gerenciamento de riscos e controles internos*”. Sendo assim, como consequência dos resultados obtidos, em relação aos riscos enfrentados, constatou-se a predominância, respectivamente, do risco econômico, legal e financeiro; no tocante aos aspectos da gestão de riscos, constatou-se a relevância dos princípios de “*Governança e Cultura*” e “*Performance*” na composição de sua política e estrutura; e, por fim, no que diz respeito aos controles internos, foi constatado que quatro das instituições fazem uso da metodologia e critérios do COSO para a elaboração da estrutura e avaliação de eficácia dos mesmos, já as restantes, utilizam estruturas organizacionais específicas para garantir o funcionamento desses controles e administração dos riscos.

Palavras-chave: Instituições Financeiras; Formulário de Referência; Segmento S1; Gestão de Riscos; Controles Internos; Riscos Enfrentados.

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Porcentagem (%) das subcategorias mais destacadas em relação ao total geral.	25
Gráfico 2 - Porcentagem (%) individual das subcategorias mais destacadas.....	26
Gráfico 3 - Porcentagem (%) das subcategorias menos destacadas em relação ao total geral.	27
Gráfico 4 - Porcentagem (%) individual das subcategorias menos destacadas.....	27
Gráfico 5 - Distribuição do número de quantidades de registro por subcategoria em cada instituição.....	29
Gráfico 6 - Porcentagem (%) das subcategorias na composição total.....	30

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Descrição dos princípios da estrutura de gerenciamento de riscos, conforme o COSO	20
Quadro 2 - Categorias de Análise	22
Quadro 3 - Formação dos conceitos norteadores (subcategorias) da categoria "Fatores de Risco"	22

LISTA DE TABELAS

Tabela 1- Quantificação das unidades de registro após análise da seção 4.1 do material selecionado.....	24
Tabela 2 - Quantificação das unidades de registro após análise da seção 5 do material selecionado.....	28

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO.....	13
1.1 Contextualização	13
1.2 Objetivos.....	14
1.3 Justificativa.....	14
1.4 Estruturação do Trabalho.....	14
2 REVISÃO DA LITERATURA	15
2.1 Controles Internos	15
2.2 Gestão de riscos	17
3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	21
4 RESULTADOS	24
4.1 Fatores de risco	24
4.2 Componentes da Gestão de Risco	28
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	32
REFERÊNCIAS	33

1 INTRODUÇÃO

1.1 Contextualização

No Brasil, em termos jurídicos, consideram-se instituições financeiras:

As pessoas jurídicas públicas ou privadas, que tenham como atividade principal ou acessória a coleta, intermediação ou aplicação de recursos financeiros próprios ou de terceiros, em moeda nacional ou estrangeira, e a custódia de valor de propriedade de terceiros (BRASIL,64).

Essas instituições financeiras, fazem parte do Sistema Financeiro Nacional (SFN) formado por entidades e instituições que promovem a intermediação financeira, em outras palavras, o encontro entre credores e tomadores de recursos.

Ainda dentro do SFN, existe a figura do Banco Central do Brasil (BACEN), entidade supervisora, que tem como um de seus principais papéis garantir que os cidadãos e os integrantes do sistema financeiro, sigam as regras estabelecidas pelos órgãos normativos e o Conselho Monetário Nacional (CMN).

Recentemente, o CMN, emitiu a Resolução N° 4.968 de 2021 que diz respeito aos sistemas de controles internos das instituições financeiras e trata, ao longo de sua redação, além da obrigatoriedade de implantação, sobre diversas peculiaridades dos sistemas de controles internos. A referida resolução buscou aprimorar as normas anteriores que dispunham sobre os sistemas de controles internos, como por exemplo, a Resolução N° 2.554 de 1998, demonstrando uma preocupação dos órgãos normativos em relação a esse tema.

A divulgação desses controles internos, juntamente com as políticas de gestão de risco, é feita através dos formulários de referência, disponibilizados anualmente e exigidos pela Instrução N° 480 de 2009 da Comissão de Valores Mobiliários (CVM), onde se tem uma seção específica para o tema, denominada “Gerenciamento de Riscos e Controles Internos”.

Diante do exposto, a questão que se pretende responder é: **Quais são os aspectos de controles internos e gestão de risco divulgados pelas instituições financeiras brasileiras pertencentes do segmento S1?**

1.2 Objetivos

Tem-se, como objetivo geral do trabalho, analisar os aspectos dos controles internos e gestão de riscos divulgados nos formulários de referência das instituições financeiras brasileiras do segmento S1.

Para atingir o objetivo geral da pesquisa, foram estipulados alguns objetivos específicos:

- Discorrer sobre os diferentes conceitos e definições de controle interno e gestão de riscos apresentados na literatura;
- Apresentar os riscos enfrentados por esse segmento.
- Apresentar os aspectos envolvidos nas políticas de gerenciamento de risco e, também, consequentemente, dos controles internos.

1.3 Justificativa

O presente trabalho justifica-se pela necessidade do usuário da informação, entende-se aqui, a sociedade em geral, de se ter um panorama geral dos aspectos envolvidos nos controles internos e gerenciamento de riscos das instituições financeiras; além de claro, entender o conceito em si de controle interno e suas modificações ao longo dos anos.

Outra motivação, é a relevância das instituições financeiras do segmento S1, visto que essas instituições tem papel de destaque para o bom funcionamento da economia brasileira, com a oferta de seus serviços financeiros e pelo fato de que, cinco dessas instituições, juntas, possuíram, no ano de 2020, uma participação de mercado de 81,80% no segmento bancário comercial (BACEN,2020).

1.4 Estruturação do Trabalho

O presente trabalho é composto por cinco seções, respectivamente: introdução, revisão de literatura, procedimentos metodológicos, resultados e considerações finais. Na introdução, foi apresentada uma breve contextualização, o problema de pesquisa e os objetivos do trabalho.

Na revisão de literatura, apresenta-se o conceito de controle interno e de gestão de riscos, com enfoque no gerenciamento de riscos corporativos e seus aspectos.

Já na seção de procedimentos metodológicos, são descritos os procedimentos da pesquisa e como os resultados foram obtidos. Por seguinte, são apresentados os resultados obtidos e, por fim, nas considerações finais, são apresentados os principais pontos levantados.

2 REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Controles Internos

Um controle interno, pode ser definido, de forma ampla, como uma resposta aos riscos que se situam entre uma organização e a consecução de seus objetivos, ou seja, ele pode ser considerado como um mecanismo de atenuação e gestão de riscos (GRAMLING; RITTENBERG; JOHNSTONE, 2016).

Attie (2018) se utiliza dessa mesma definição inicial e detalha o que são essas respostas aos riscos, trazendo aspectos de um enfoque mais relacionado a contabilidade, especificamente na área de auditoria e apresentando sua definição conforme o Comitê de Procedimentos de Auditoria do Instituto Americano de Contadores Públicos Certificados (AICPA):

O controle interno compreende o plano de organização e o conjunto coordenado dos métodos e medidas, adotados pela empresa, para proteger seu patrimônio, verificar a exatidão e a fidedignidade de seus dados contábeis, promover a eficiência operacional e encorajar a adesão à política traçada pela administração. (ATTIE, 2018, p.239).

Crepaldi (2019) classifica os controles internos nas seguintes categorias:

- Operacional: relacionados às ações que resultam no alcance dos objetivos da entidade;
- Contábil: relacionados à veracidade e à fidedignidade dos registros e das demonstrações contábeis; e
- Normativo: relacionado à observância da regulamentação pertinente.

Em relação ao aspecto estrutural de um sistema de controle interno, o *Committee of Sponsoring Organizations of The Treadway Commission* (COSO), entidade sem fins lucrativos dedicada à melhoria dos relatórios financeiros por meio da ética, efetividade dos controles internos e governança corporativa, publicou, em 1992, uma estrutura integrada que serve de referência para as organizações; esta, em 2013, recebeu uma atualização em razão de mudanças nos negócios e nos ambientes de operação.

Nessa estrutura, o controle interno é composto por cinco componentes integrados (COSO,2013)¹:

¹ Esse documento intitula-se “Controle Interno - Estrutura Integrada” e trata, exclusivamente, sobre esse tema.

- Ambiente de controle: formado por um conjunto de normas, processos e estruturas, onde a administração transmite suas expectativas nos diversos níveis da organização; esse ambiente abrange os valores éticos, sendo a base da pirâmide de todo o sistema de controle interno;
- Avaliação de riscos: relacionado com a possibilidade de um evento acontecer e frustrar alguns dos objetivos da organização, vinculado com a necessidade de se estabelecer objetivos claros e analisar os riscos envolvidos;
- Atividades de controle: ações colocadas em prática que visam garantir as diretrizes e normas implementadas pela administração, podendo ser preventivas ou relacionadas a detecção. Revisões de desempenho, verificações, autorizações e reconciliações são alguns dos exemplos, podendo ser feitos de forma manual ou automatizada;
- Informação e comunicação: a informação serve como um suporte para a realização dos objetivos, a administração usufrui delas (sejam internas ou externas) com a finalidade de auxiliar no funcionamento de outros componentes do controle interno. Já a comunicação, é a forma de proporcionar, compartilhar e adquirir as informações necessárias, ela é feita de forma interna, se disseminando para todos os setores da organização; e externa, onde se recebe informações externas significativas e, também, se oferece para as partes externas, devido a requisitos e experiências;
- Atividades de monitoramento: referem-se às ações tomadas com a função de certificar a presença e o funcionamento dos controles internos; a organização caso necessário, comunica deficiências no controle interno para que de forma célere, os responsáveis tomem as ações corretivas.

Ademais, é de grande importância que as organizações tenham um sistema de controle interno eficaz que englobem essas três categorias (operacional, contábil e normativo) e todos os componentes mencionados, já que, segundo Viana (2018), com o surgimento de novas estruturas corporativas e mudanças na tecnologia da informação, é de praxe que novas demandas e riscos surjam, sendo necessário que a gestão e a capacidade de adaptação estejam aguçadas, garantindo que a organização tenha informações confiáveis e controle do que acontece em seus diversos setores.

Segundo Philereno *et.al* (2014), a construção de um programa/sistema de controles pode ser complicada em seu início, no entanto, uma vez implementado, a carga é amenizada e a estrutura e os processos se tornam parte dos métodos operacionais padrões na organização.

A relevância dos controles internos é descrita, inclusive, nas seções 302 e 404 da lei *Sarbanes-Oxley* (SOX), instrumento legal fruto de um dos principais esforços do governo estadunidense em combater as manipulações nos balanços e fraudes contábeis nas organizações.

Na seção 302 são descritos aspectos relacionados à responsabilidade dos diretores executivo e financeiro, que devem declarar, em cada relatório financeiro (trimestral ou anual) suas participações na projeção desses controles, suas avaliações quanto a eficácia ou não dos mesmos e, por último, a divulgação de deficiências significativas na concepção ou operacionalização dos controles internos para os auditores externos e Comitê de Auditoria.

Já na seção 404, consta a exigência de se incluir um relatório sobre controles internos, onde basicamente a administração reafirma sua responsabilidade em manter uma estrutura de controle interno adequada e eficaz para a emissão do relatório financeiro.

Diante do exposto, é evidente a significância desses sistemas, visto que, segundo Lima *et al* (2012):

Um bom Controle Interno adiciona valor à Organização, e proporciona maior credibilidade aos clientes, fornecedores e investidores. Pois permite a identificação imediata de fatores internos e externos que possam afetar os negócios da empresa, ou seja, permite análise e avaliação dos impactos que poderão ocorrer nas operações, na lucratividade, no seu ativo e passivo, e no seu futuro. (LIMA *et al*, 2012, p. 8)

2.2 Gestão de riscos

O termo risco, advindo do latim *risicu/riscu*, significa ousar; sendo possível entendê-lo como a possibilidade de algo não dar certo. Contudo, seu conceito atual envolve aspectos como a quantificação e a qualificação da incerteza, seja ela referente as perdas, ou aos ganhos relacionados aos rumos dos acontecimentos planejados, tanto por indivíduos, quanto por organizações. (IBGC, 2007)².

De acordo com Assi (2012), o risco também se associa com as leis da probabilidade, podendo ocorrer sempre fatos novos, abruptos; cabe dizer que o risco, em si, há de ser relacionado com algo possível. O autor também afirma que ele pode ser uma variável capaz de causar danos ao patrimônio da organização e que, além do mais, é inerente as atividades de negócio, sintetizando, por fim, dessa forma:

² IBGC: Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.

O risco é, portanto, inerente a qualquer atividade, pode ser de qualquer natureza e ter dimensões e efeitos que podem ser negativos ou positivos. O risco sempre estará presente, podendo haver baixo ou alto nível de perigo, dependendo das medidas preventivas e de segurança existentes. (ASSI, 2012, p.20)

Damodaran (2012) apresenta o contraste entre risco e ameaça. Segundo ele, a ameaça é um evento de baixa probabilidade com consequências negativas consideráveis, onde os analistas são incapazes de avaliar a probabilidade de ocorrência; em contrapartida, o risco é estabelecido como sendo um evento de maior probabilidade, onde há informações suficientes para avaliá-la, juntamente com suas consequências.

Ainda, segundo o autor, o risco é uma combinação de prováveis ganhos com significativas perdas, podendo-se, inclusive, se chegar a um consenso acerca de quais os riscos que se devem buscar, quando o lado positivo excede o negativo, e os quais evitar, quando ocorre o inverso.

Já a gestão de riscos, de forma abstrata, segundo Fraser, Quail e Simkins (2021), é vista como:

[...] uma daquelas ideias de que uma abordagem lógica, consistente e disciplinada em relação as incertezas do futuro irão nos possibilitar uma vivência mais produtiva e prudente, evitando gastos de recursos desnecessários. Vai além da fé e da sorte, pilares antecessores com os quais usávamos para lidar com o futuro, antes de aprendermos probabilidade. (FRASER; QUAIL; SIMKINS, 2021, p. 25-26, *tradução nossa*).

À face do exposto, de acordo com a norma ABNT³ NBR⁴ ISO⁵ 31000⁶ (2018), cujo escopo é o de trazer diretrizes para a gestão dos riscos enfrentados pelas organizações; define-se gestão de risco como um conjunto de atividades coordenadas para dirigir e controlar uma organização, no que se refere aos riscos.

Além disso, a norma traz o propósito da gestão de risco, que é a criação e proteção de valor e os princípios/elementos envolvidos para que se obtenha uma gestão de risco eficaz, ou seja, que possibilite a organização a gerenciar os efeitos da incerteza nos seus objetivos. Esses estão representados abaixo, na Figura 1.

³ ABNT: Associação Brasileira de Normas Técnicas.

⁴ NBR: Norma Brasileira.

⁵ ISO: *International Organization for Standardization*.

⁶ Esta segunda edição cancela e substitui a edição anterior (ABNT NBR ISO 31000:2009).



Figura 1 - Princípios (Elementos) da gestão de riscos

Fonte: ABNT NBR ISO 31000 (2018)

Já o COSO (2017), em seu sumário executivo referente ao gerenciamento de riscos corporativos, traz uma concepção que corrobora com a da norma anterior; nela, compreende-se o gerenciamento de riscos como a união das competências, cultura e práticas que as organizações integram à definição e à execução da estratégia com o intuito de gerenciar o risco na criação, preservação e realização de valor.

Ainda segundo o COSO (2017), no que concerne ao valor de uma organização, existem dois aspectos do gerenciamento de riscos que podem ter um efeito maior em relação a ele, são eles: a possibilidade de desalinhamento entre a estratégia, missão, visão e valores da organização e as implicações da estratégia escolhida. Com isso, traz-se o destaque da estratégia no gerenciamento de riscos corporativos.

Já em relação ao gerenciamento de riscos em uma instituição financeira, o FSB⁷, órgão internacional que visa à coordenação de diversos reguladores a fim de implantar políticas de regulação e supervisão relacionadas à área financeira, traz o conceito do *risk appetite* (apetite ao risco) e aspectos do RAF⁸ (Estrutura de Apetite ao Risco).

Dessa forma, o apetite ao risco pode ser definido como: “O nível agregado e tipos de risco que uma instituição financeira está disposta a assumir dentro da sua capacidade de risco para atingir seus objetivos estratégicos e plano de negócios.” (FSB, 2013, p.3, *tradução nossa*).

Por seguinte, o RAF é capaz de determinar o perfil de risco da instituição e faz parte do processo de desenvolvimento e implementação da estratégia estabelecida para os riscos assumidos em relação à capacidade de risco.

⁷ FSB: *Financial Stability Board*.

⁸ RAF: *Risk Appetite Framework*.

Além disso, ainda de acordo com o FSB (2013), o RAF deve estar alinhado com o plano de negócios e ter uma estrutura uniforme dentro da instituição para que a administração e os diversos comitês se comuniquem e avaliem os riscos que estão dispostos a aceitar; devendo ele definir os limites aos quais a administração deve operar enquanto em busca da estratégia de negócios da instituição;

Posto isso, abarcando o conceito de apetite ao risco, encontra-se no Quadro 1, conforme a metodologia COSO, um modelo de estrutura de gerenciamento de riscos que deve permitir que a organização seja capaz de gerenciar consideravelmente bem os riscos associados à estratégia e objetivos do negócio.

Quadro 1 – Descrição dos princípios da estrutura de gerenciamento de riscos, conforme o COSO

Princípios	Descrição
Governança e Cultura	A governança reforça as responsabilidades e a cultura relaciona-se aos valores éticos e ao entendimento do risco.
Estratégia e Definição de Objetivos	Atuam no processo de planejamento estratégico. O apetite ao risco é estabelecido e alinhado com a estratégia.
Performance	Relacionada com a resposta aos riscos, priorizados com base no grau de severidade, no contexto de apetite ao risco, e a comunicação desse resultado as partes interessadas.
Análise e Revisão	Processo de reflexão acerca do bom funcionamento dos componentes de gerenciamento corporativo.
Informação, comunicação e divulgação	Necessidade de se ter a constante obtenção e compartilhamento de informações precisas.

Fonte: Adaptado de COSO (2017).

Por fim, segundo Trivelato, Mendes e Dias (2018):

[...] o gerenciamento de riscos avalia a abordagem de atuação da empresa, considerando o seu apetite ao risco, identificando eventos em potencial capazes de afetá-la ou beneficiá-la, tratando de riscos e oportunidades que agem diretamente sobre sua reputação e aumento tangível e intangível de seu valor. (TRIVELATO; MENDES; DIAS, 2018, p. 8).

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A presente pesquisa pode ser classificada quanto à finalidade como pura, visto que se destina unicamente à ampliação do conhecimento, sem se empenhar, de início, com a aplicabilidade imediata dos resultados e seus possíveis benefícios (GIL, 2022).

Em relação aos objetivos, ela possui o intuito de considerar diversos aspectos relativos ao tema e proporcionar um maior entendimento em relação ao problema de pesquisa; isso é realizado através da coleta de dados e sua consequente análise (GIL, 2022).

No que se refere à natureza dos dados, a pesquisa classifica-se como qualitativa; já em relação ao delineamento, ela é classificada como do tipo documental, onde a fonte de dados é extraída de documentos que foram elaborados com outras finalidades além daquela de somente trazer informações à um público específico (GIL, 2022).

A pesquisa foi desenvolvida em duas fases. Na primeira, foram obtidas através da área de relações com investidores dos sítios eletrônicos das respectivas instituições, as fontes primárias, ou seja, dados e informações originais (APOLINÁRIO, 2011), representados pelos formulários de referência do ano base de 2020 das instituições financeiras do segmento S1, mais especificamente as seções 4.1 “*Fatores de Risco*” e 5 “*Política de Gerenciamento de riscos e controles internos*”.

É importante ressaltar que, a escolha do segmento S1 como amostra de pesquisa, se deu devido a sua relevância econômica, visto que, de acordo com a Resolução N° 4.553 de 2017 do BACEN, os critérios para as instituições se enquadrarem nesse segmento são: (a) ter porte igual ou superior a 10% (dez por cento) do Produto Interno Bruto (PIB); (b) exercer atividade internacional relevante, independente do porte da instituição.

Na segunda fase, foi realizada a análise desses dados através de um conjunto de técnicas de investigação científica, representadas pela análise de dados linguístico, denominada análise de conteúdo (APOLINÁRIO, 2011).

Nela, foram realizadas as três fases fundamentais, que são, respectivamente, a pré-análise, composta pela leitura flutuante do material e a escolha das categorias; a exploração do material, composta pelos procedimentos de codificação (enumeração, classificação e agregação) e, por fim, o tratamento dos resultados, composto pela inferência, instrumento de indução que visa investigar as causas a partir dos efeitos, e interpretação dos resultados. (BARDIN, 2011).

Assim sendo, durante esses procedimentos, foram estabelecidas as categorias de análise,

uma foi definida *a priori*, com base no referencial teórico e outra, *a posteriori*, elaborada através dos achados no processo de codificação das seções dos formulários. O Quadro 2 apresenta as categorias de análise da pesquisa.

Quadro 2 - Categorias de Análise

Categoria definida <i>a priori</i>	Categoria definida <i>a posteriori</i>
Componentes da Gestão de Risco	Fatores de Risco

Fonte: Elaboração própria.

Na análise da categoria “Fatores de Risco”, foram quantificadas as unidades de registro correspondentes ao segmento de conteúdo considerado primordial para a formação dessa categoria.

No Quadro 3, apresentam-se os critérios de classificação utilizados para a formação dos conceitos norteadores (subcategorias) quantificados.

Quadro 3 - Formação dos conceitos norteadores (subcategorias) da categoria "Fatores de Risco"

Conceito Norteador	Critérios de classificação
Risco Econômico	Possibilidade de perdas relacionadas à fatores que afetam a economia como um todo, ou seja, fatores macroeconômicos (Ex: COVID 19, concorrência, mudança na taxa de juros básica).
Risco Cibernético	Possibilidade de perdas decorrentes de ataques cibernéticos contra a infraestrutura de TI.
Risco Legal	Possibilidade de perdas relacionadas a não conformidade com normas obrigatórias estabelecidas para a atividade; deficiências em contratos firmados; indenizações por danos a terceiros e interpretações jurídicas.
Risco Reputacional	Possibilidade de perdas resultante de danos à reputação da instituição.
Risco Operacional	Possibilidade de perdas resultante de processos internos; sistemas inadequados/falhos e eventos externos que afetem terceiros (Ex: bolsa de valores, câmara de compensação).
Risco de Conduta	Possibilidade de perdas relacionadas à má conduta de colaboradores e partes que atuam em nome da instituição, ou prestam serviços para a mesma.
Risco de Estratégia	Possibilidade de perdas devido a mudanças no ambiente de negócios e uso de premissas inadequadas no processo de tomada de decisão.
Risco Financeiro	Possibilidade de perdas relacionadas ao resultado de uma operação vinculada às finanças que não seja o previsto. Engloba riscos como o de liquidez e de crédito.
Risco de Contraparte	Possibilidade de perdas devido ao não cumprimento de obrigações contratuais de outra parte em um negócio.

Continua...

Conclui.

Conceito Norteador	Critérios de classificação
Risco de Mercado	Possibilidade de perdas relacionadas a um resultado negativo da instituição, ocasionado por alterações nos preços e parâmetros do mercado.
Risco Socioambiental	Potenciais perdas geradas pela atividade econômica da instituição à sociedade e ao meio ambiente.

Fonte: Elaboração própria.

Por fim, na categoria “Componentes da Gestão de Riscos”, também foi realizada a quantificação das unidades de registro, nessa análise, os critérios utilizados para a formação dos conceitos norteadores (subcategorias) se referem aos princípios da estrutura de gerenciamento de risco do COSO, apresentados anteriormente no Quadro 1⁹.

⁹ Observar subseção 2.2 da Revisão de Literatura.

4 RESULTADOS

4.1 Fatores de risco

Após a análise, foram encontradas um total de 392 unidades de registro dentre os 11 conceitos norteadores estabelecidos. A seguir, na Tabela 1, apresenta-se, de forma sintetizada, os resultados.

Tabela 1- Quantificação das unidades de registro após análise da seção 4.1 do material selecionado.

	Banco do Brasil	Bradesco	BTG Pactual	Caixa	Itaú	Santander	Total
Risco Econômico	28	11	23	-	10	15	87
Risco Legal	24	7	22	-	13	17	83
Risco Financeiro	22	9	11	2	6	10	60
Risco de Estratégia	3	4	14	-	7	14	42
Risco de Mercado	11	2	8	1	4	6	32
Risco Reputacional	11	3	6	-	3	5	28
Risco Operacional	5	2	3	1	6	6	23
Risco Cibernético	1	2	4	-	2	3	12
Risco Socioambiental	2	1	1	1	2	3	10
Risco de Conduta	1	1	2	-	3	1	8
Risco de Contraparte	1	1	1	1	1	2	7
Total	109	43	95	6	57	82	392

Fonte: Elaboração própria.

Nota-se que, com relação as instituições analisadas, o Banco do Brasil (B1) apresentou a maior quantidade total de registros, seguido – em ordem decrescente – do BTG Pactual (B3) e Santander (B6).

Observa-se também que, o Risco Econômico, o Risco Legal e o Risco Financeiro foram as subcategorias que mais se destacaram em termos de quantidade de unidades de registro, totalizando 230 unidades.

No Gráfico 1, mostra-se a porcentagem da quantidade de unidades de registro relativas a essas subcategorias, de forma unificada, em relação ao total geral, de 392 unidades.

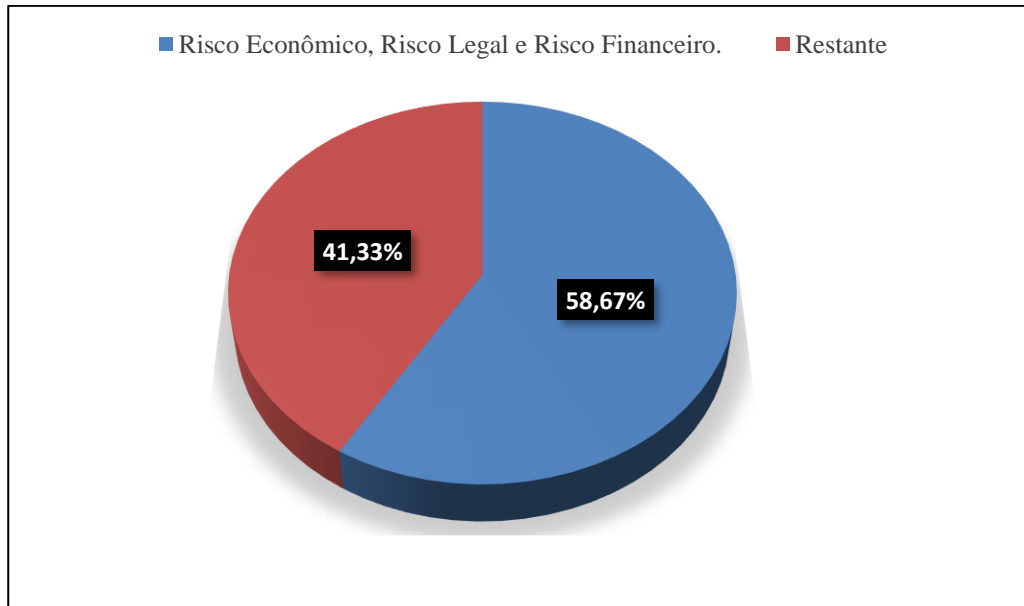


Gráfico 1 - Porcentagem (%) das subcategorias mais destacadas em relação ao total geral.

Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 2, apresenta-se a porcentagem, de forma separada, de cada uma dessas subcategorias, dentro do total da quantidade de registros relativas as mesmas, ou seja, de 230 unidades.

Posto isso, nota-se a relevância das mesmas, visto que, as três subcategorias juntas, representam 58,67% do universo total de unidades de registro encontradas, ou seja, mais que a metade do total.

Em relação ao Risco Econômico (22,19%), este se encontrou representado, principalmente, por fatores decorrentes do início da pandemia de COVID 19, como a contração do PIB e a volatilidade ocasionada nos mercados financeiros (nacionais e internacionais) e em indicadores econômicos como taxa de juros e de câmbio.

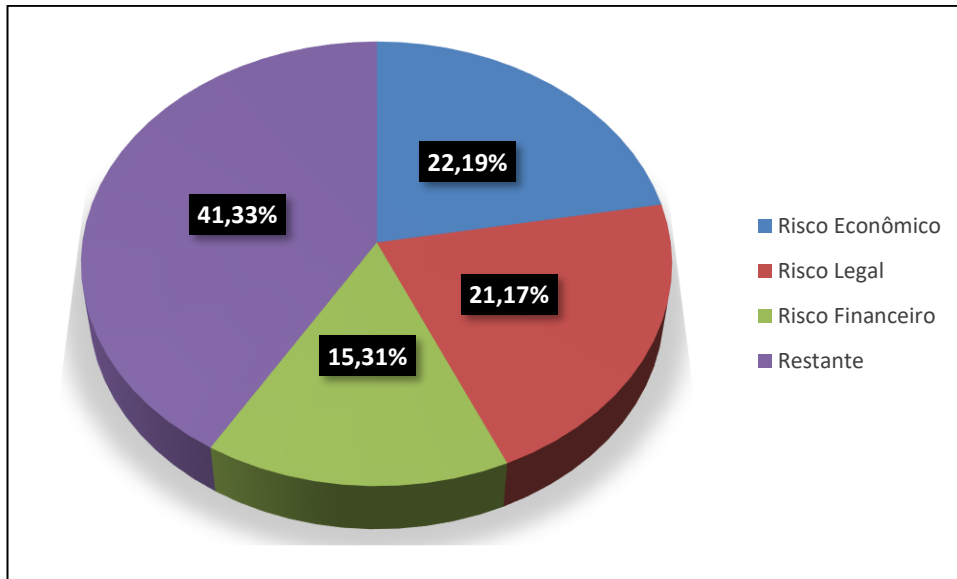


Gráfico 2 - Porcentagem (%) individual das subcategorias mais destacadas.

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito ao Risco Legal (21,17%), este foi representado, em grande parte, por fatores que envolvem a regulação bancária, como alterações na legislação aplicável e aplicações de penalidades por parte dos órgãos reguladores; além de possíveis resultados negativos em processos judiciais e administrativos. Cabe também ressaltar nessa subcategoria, as menções a proteção de dados pessoais, relativas a LGPD (Lei Geral de Proteção de Dados).

Por fim, o Risco Financeiro (15,31%) foi representando por fatores tipicamente relacionados a atividade bancária, entre eles, a necessidade de captação de recursos; aspectos de liquidez relacionados a reserva compulsória e, por último, o rebaixamento nas classificações de crédito por parte de agências de classificação de riscos.

Já por outro lado, nota-se que o Risco de Contraparte, o Risco de Conduta e o Risco Socioambiental foram as subcategorias que menos se destacaram em termos de quantidade de registro, totalizando apenas 25 unidades.

Isso pode ser observado através do Gráfico 3, onde se tem a porcentagem da quantidade de unidades de registro relativas as mesmas, de forma unificada, em relação ao total geral, de 392 unidades.

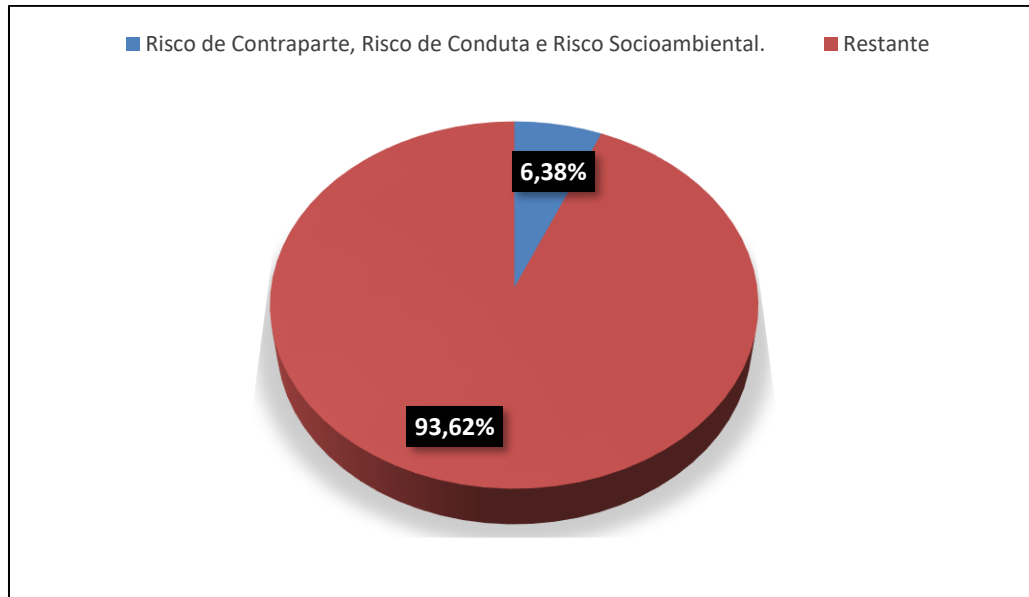


Gráfico 3 - Porcentagem (%) das subcategorias menos destacadas em relação ao total geral.

Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 4, apresenta-se a porcentagem, de forma separada, de cada uma dessas subcategorias, dentro do total da quantidade de registros relativas as mesmas, ou seja, de 25 unidades.

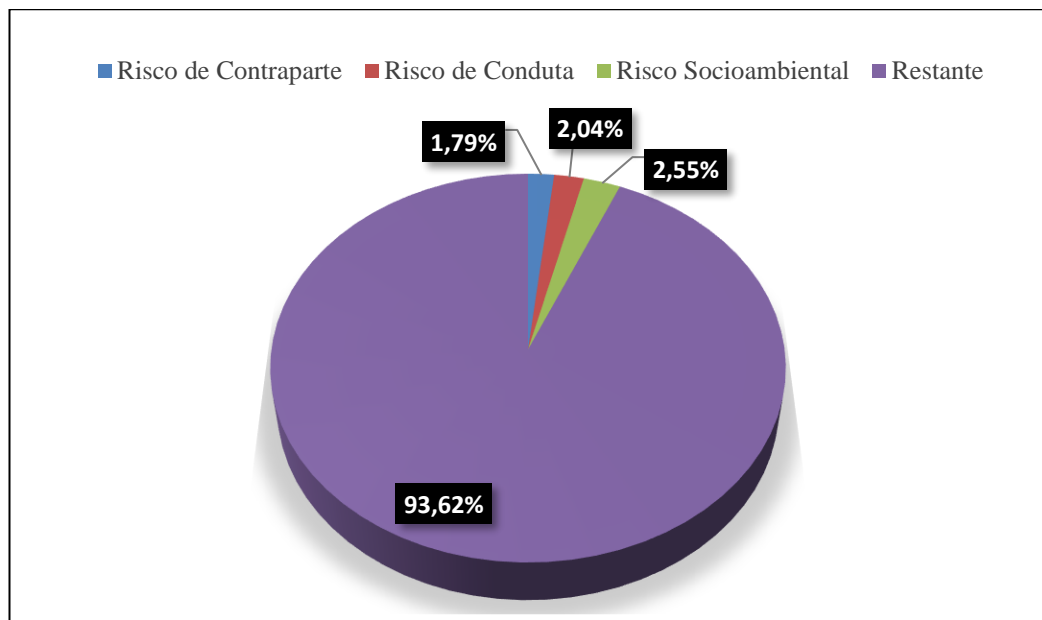


Gráfico 4 - Porcentagem (%) individual das subcategorias menos destacadas.

Fonte: Elaboração própria.

Nesse grupo de subcategorias, o Risco Socioambiental (2,55%) foi representado por consequências atreladas ao relacionamento de negócios com *stakeholders* cujas atividades possam gerar impactos socioambientais negativos, como condições de trabalho precárias ou contaminação de solo e água; e também por possíveis consequências resultantes de uma mudança climática.

O baixo número de unidades de registro relacionadas a essa subcategoria pode ser justificada pelo baixo grau de impacto ambiental, inerente a atividade bancária.

Em relação ao Risco de Conduta (2,04%), esse foi representado por possíveis consequências de atos de corrupção e lavagem de dinheiro por parte de diretores e colaboradores e também por erros ou fraudes em controles contábeis devido a atos individuais no processo de tomada de decisão.

Por último, o Risco de Contraparte (1,79%) foi representado pelo não cumprimento de obrigações das contrapartes em operações de mercado, como no caso dos contratos de derivativos; e também por responsabilidades adicionais que possam surgir quando uma contraparte que, por exemplo, realiza serviços para a instituição, falhe em aplicar suas próprias políticas internas e procedimentos.

4.2 Componentes da Gestão de Risco

Ao fim da análise, foram encontradas um total de 149 unidades de registro dentre os 5 conceitos norteadores pré-estabelecidos. A seguir, na Tabela 2, apresenta-se, de forma sintetizada, os resultados.

Tabela 2 - Quantificação das unidades de registro após análise da seção 5 do material selecionado.

	Banco do Brasil	Bradesco	BTG Pactual	Caixa	Itaú	Santander	Total
Governança e Cultura	10	7	11	3	8	4	43
Estratégia e Definição de Objetivos	6	6	4	3	4	5	28
Performance	6	6	9	3	11	3	38
Análise e Revisão	7	6	7	2	2	1	25
Informação, comunicação e divulgação	1	4	1	4	1	4	15
Total	30	29	32	15	26	17	149

Fonte: Elaboração própria.

No que diz respeito as instituições, observa-se que o BTG Pactual (B3) apresentou a maior quantidade de registros, seguido do Banco do Brasil (B1) e do Bradesco (B2). Já o Itaú (B5), Caixa (B4) e Santander (B6) apresentaram as menores quantidades de registro.

Abaixo, no Gráfico 5, apresenta-se a quantidade total desses registros em cada subcategoria, estes estão classificados do maior para o menor, no critério de quantificação, e estão representados ao lado de cada uma das instituições para fins de melhor comparação.

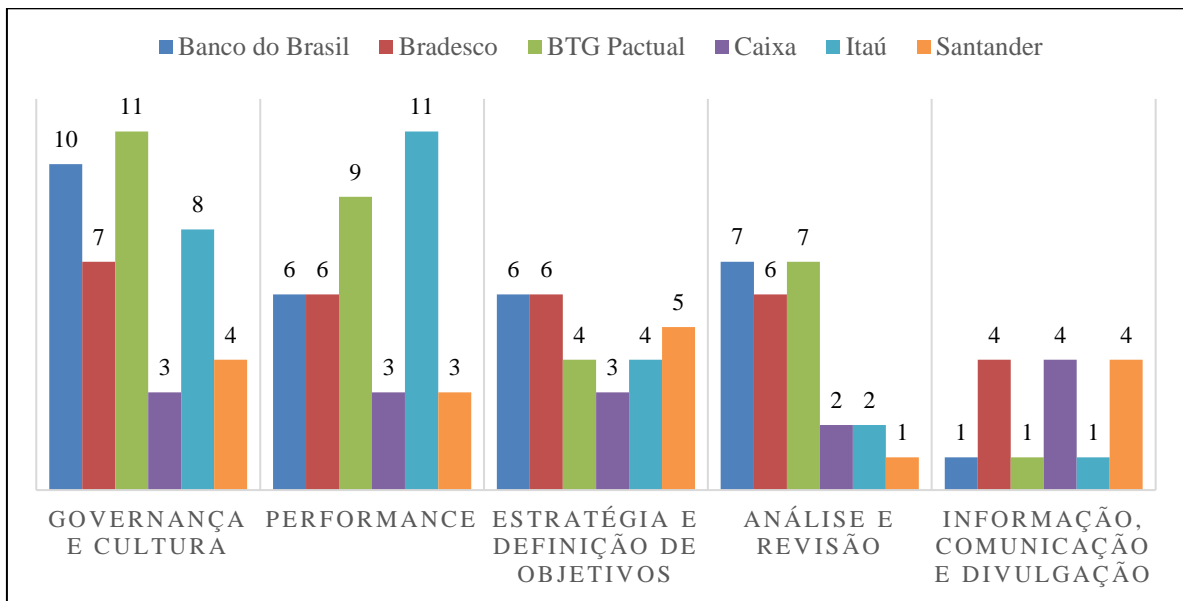


Gráfico 5 - Distribuição do número de quantidades de registro por subcategoria em cada instituição.

Fonte: Elaboração própria.

No Gráfico 6, mostra-se a porcentagem de cada subcategoria em relação a composição total de registros encontrados.

Observa-se que, de modo geral, as unidades de registro de cada categoria não apresentam, em termos percentuais, uma grande discrepância nas quantificações; isso pode ser explicado pelo fato delas serem, em grande parte, interdependentes entre si, visto que a união das mesmas forma o processo ideal de gerenciamento de riscos, como visto anteriormente.

Dito isso, a Governança e Cultura (28,86%) foi representada majoritariamente pelo rol de políticas e normas internas de cada instituição, além das funções de supervisão impostas e realizadas pelas respectivas estruturas organizacionais de cada instituição, nesse caso representadas pelos comitês de risco e gestão.

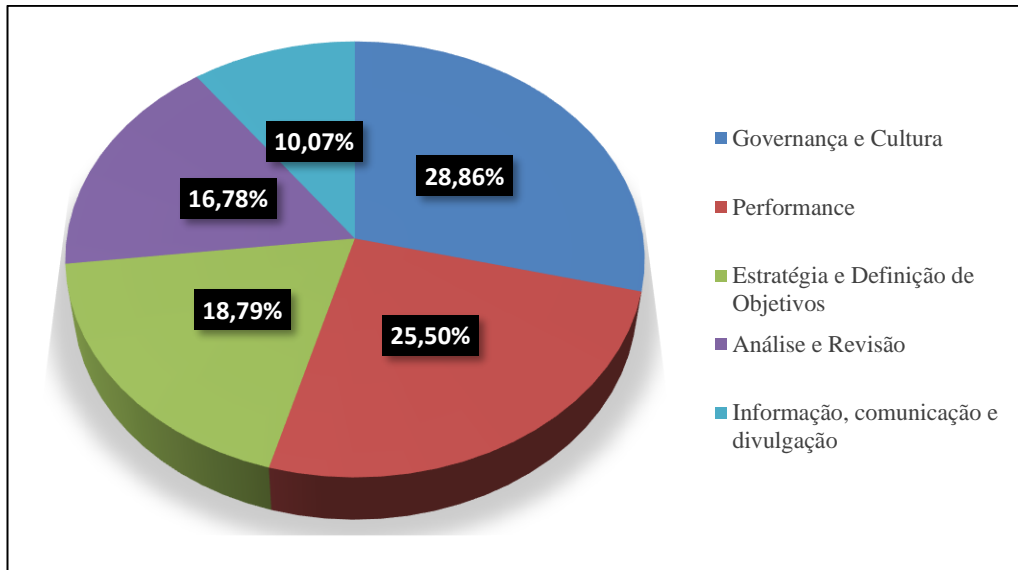


Gráfico 6 - Porcentagem (%) das subcategorias na composição total.

Fonte: Elaboração própria.

Em relação a Performance (25,50%), esta foi representada, em maioria, pela mitigação dos riscos, ou seja, medidas tomadas no intuito de minimizar o impacto ou ocorrência deles, sendo compostas por ações como treinamentos e processos de auto verificação nas áreas de negócio.

Quanto a Estratégia e Definição de Objetivos (18,79%), esta correspondeu ao alinhamento das políticas de gerenciamento de risco com os objetivos estratégicos das instituições e também a determinação em si da estratégia e abordagem perante o risco, princípios de risco, apetite de risco e capacidade de risco.

Já a Análise e Revisão (16,78%) foi representada principalmente pela função da Auditoria Interna, que se mostrou nessas instituições, responsável por realizar análises independentes nas atividades de gestão de risco e por revisar e fazer avaliações quanto a eficácia da estrutura de gestão e controle de riscos.

No que diz respeito a Informação, Comunicação e Divulgação (10,07%), esta foi representada pelas informações obtidas, tanto externamente quando internamente, e por canais de comunicação utilizados para a comunicação dessas as áreas responsáveis pela gestão dos riscos. Além disso, a atividade de reporte aos gestores e membros de conselhos também se mostrou presente nessa subcategoria.

Por fim, é importante ressaltar que, em relação aos controles internos, o Banco do Brasil (B1), Bradesco (B2), Itaú (B5) e Santander (B6) utilizam a metodologia e os critérios do COSO como base para a estrutura e avaliação de eficácia dos mesmos; tendo como intuito garantir

uma segurança razoável em relação à confiabilidade das demonstrações contábeis.

No caso do BTG Pactual (B3) e Caixa (B4), não há menção explícita a metodologia COSO, entretanto, estruturas organizacionais específicas dessas instituições são responsáveis por garantir o funcionamento dos processos controles internos e administração de riscos; uma delas sendo o comitê de auditoria, por exemplo, que é responsável, no caso do BTG Pactual (B3), por sugerir melhorias no ambiente de controle interno.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve como objetivo analisar os aspectos envolvidos na gestão de risco e controles internos das instituições financeiras do segmento S1.

Para isso, buscou-se realizar pesquisa documental, com o uso da técnica de análise de conteúdo para a análise dos formulários de referências de cada uma das instituições desse segmento, encontrados na área de relações com investidores do sítio eletrônico de cada uma delas.

Os resultados da pesquisa mostraram, após análise e procedimento de codificação do material selecionado, os fatores de risco enfrentados por essas instituições, que foram totalizados em onze tipos de riscos, representados através de subcategorias. Dito isso, constatou-se que o “Risco Econômico”, “Risco Legal” e “Risco Financeiro” foram os mais relevantes, representando mais da metade do total das quantidades de unidades de registro encontradas.

Já com relação aos aspectos da gestão de risco, foram apresentados os componentes relacionados a essa gestão dentro de um modelo predeterminado, nesse caso, os princípios da estrutura de gerenciamento de riscos referentes ao COSO, que formaram as subcategorias analisadas; com isso, observou-se uma uniformidade em relação a quantificação de unidades de registro relacionadas a esses princípios, com uma leve predominância dos princípios “Governança e Cultura” e “Performance”.

Por fim, no tocante aos controles internos, foi apresentado que quatro das seis instituições utilizam a metodologia e os critérios do COSO para a composição de sua estrutura e avaliações de eficácia; já as restantes, não mencionam diretamente essa metodologia e fazem uso de estruturas organizacionais específicas para garantir o funcionamento desses controles e administração dos riscos.

Para futuras pesquisas, sugere-se, ainda, um estudo que possa mensurar, caso exista, o impacto no resultado financeiro das instituições financeiras desse segmento, ou também de outros, como o apetite de risco determinado por cada uma delas, buscando, desse modo, entender como os riscos enfrentados podem afetar positivamente ou negativamente os resultados.

REFERÊNCIAS

APPOLINÁRIO, Fábio. **Dicionário de metodologia científica**: um guia para a produção do conhecimento científico. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2011.

ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS (ABNT). **NBR ISO 31000**: gestão de riscos, Rio de Janeiro, 28 mar 2018. Disponível em: <https://www.apostilasopcao.com.br/arquivos-opcao/erratas/10677/66973/abnt-nbr-iso-31000-2018.pdf>. Acesso em: 17 fev 2022.

Bardin, L. (2011). **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70.

BRASIL. Banco Central do Brasil. **Relatório de Economia Bancária (2020)**. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/publicacoes/relatorioeconomiabancaria>. Acesso em: 02/02/2022.

BRASIL. Comissão de Valores Mobiliários. **Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009**. Disponível em: <http://conteudo.cvm.gov.br/export/sites/cvm/legislacao/instrucoes/anexos/400/inst480consolid.pdf>. Acesso em: 05/02/2022.

BRASIL. **Lei nº 4595, de 31 de dezembro de 1964**. Dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, Cria o Conselho Monetário Nacional e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/14595.htm. Acesso em: 31/01/2022.

BRASIL. **Resolução BACEN nº 4.553, de 30 de janeiro de 2017**. Estabelece a segmentação do conjunto das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil para fins de aplicação proporcional da regulação prudencial. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/normativos/busca/downloadNormativo.asp?arquivo=/Lists/Normativos/Attachments/50335/Res_4553_v2_P.pdf Acesso em: 06/03/2022.

BRASIL. **Resolução CMN nº 4.968, de 25 de novembro de 2021**. Dispõe sobre os sistemas de controles internos das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/exibenormativo?tipo=Resolu%C3%A7%C3%A3o%20CMN&numero=4968>. Acesso em: 01/02/2022.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION - COSO. **Internal Control – Integrated Framework**. 2013. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/990025P-Executive-Summary-final-may20.pdf>. Acesso em: 10 fev. 2022.

COMMITTEE OF SPONSORING ORGANIZATIONS OF THE TREADWAY COMMISSION - COSO. **2017 Enterprise Risk Management – Integrated Framework**. 2017. Disponível em: <https://www.coso.org/Documents/2017-COSO-ERM-Integrating-with-Strategy-and-Performance-Executive-Summary.pdf>. Acesso em: 22 fev. 2022.

Crepaldi, S. A. **Auditoria Contábil - Teoria e Prática**. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2019. 9788597022780. Disponível em:

<https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597022780/>. Acesso em: 09 Feb 2022

DAMODARAN, Aswath. **Gestão Estratégica do Risco: uma referência para a tomada de riscos empresariais**. 1. ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ESTADOS UNIDOS. **Lei N 107-204 de 30 de julho de 2002**. Sarbanes-Oxley Act, 2002. Disponível em: <https://www.congress.gov/107/plaws/publ204/PLAW-107publ204.pdf> Acesso em: 15 fev 2022.

FRASER, John RS; QUAIL, Rob; SIMKINS, Betty (Ed.). **Enterprise risk management: Today's leading research and best practices for tomorrow's executives**. John Wiley & Sons, 2021.

FSB - Financial Stability Board. Principles for an Effective Risk Appetite Framework. 2013. Disponível em: https://www.fsb.org/2013/11/r_131118/ Acesso em: 01 mar 2022.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 7ª. ed. São Paulo: Atlas, 2022.

GRAMLING, Audrey. A.; RITTENBERGE, Larry. E.; JOHNSTONE, Karla. M. Auditoria: Tradução da 7ª edição norte-americana. [Digite o Local da Editora]: Cengage Learning Brasil, 2016. 9788522126033. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788522126033/>. Acesso em: 26 jan. 2022.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GOVERNANÇA CORPORATIVA (IBGC). **Guia de orientação para gerenciamento de riscos corporativos**. São Paulo, SP: IBGC, 2007

LIMA, Hyder Marcelo Araújo et al. Controle interno como ferramenta essencial contra erros e fraudes dentro das organizações. **Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia [Em Linha]**, 2012.

PHILERENO, D.C.; SILVA, I A.; GARCIA, V.; OLIVEIRA, S. M.; BERLATTO, O. Controles internos prospectando a implantação da governança corporativa. **Conexxio - Revista Científica da Escola de Gestão e Negócios**. Universidade Potiguar, Natal. 2014.

Sistema Financeiro Nacional. bcb.gov, 2022. Disponível em: <https://www.bcb.gov.br/estabilidadefinanceira/sfn>. Acesso em: 31/01/2022.

TRIVELATO, Bianca Freire; MENDES, Daniel Pacheco; DIAS, Marco Antônio. A importância do gerenciamento de riscos nas organizações contemporâneas. **Refas-Revista Fatec Zona Sul**, v. 4, n. 2, p. 1-20, 2018.

VIANA, Lucilene. O papel do Controle Interno na gestão do Sistema CFC/CRCs. **Conselho Federal de Contabilidade**, 2018. Disponível em: <https://cfc.org.br/artigos/o-papel-do-controle-interno-na-gestao-do-sistema-cfc-crcs/>. Acesso em: 8 fev. 2022.

WILLIAM, ATTIE. Auditoria Conceitos e Aplicações, 7ª edição. [Digite o Local da Editora]: Grupo GEN, 2018. 9788597017229. Disponível em: <https://integrada.minhabiblioteca.com.br/#/books/9788597017229/>. Acesso em: 26 jan. 2022.